



## **28 DE AGOSTO DE 2015**

### **Sexta-feira**

- PLANO DE DEMISSÕES DA VOLVO TEVE ADEÇÃO DE 130 FUNCIONÁRIOS
- VOLKS COGITA REDUZIR JORNADA E SALÁRIOS NO PARANÁ
- PROPOSTA DE NOVA CPMF PREVÊ ALÍQUOTA DE 0,38%; RECRIAÇÃO É CRITICADA
- HYUNDAI IX35 2016 GANHA 'FUCINHO' GLOBAL E DUAS NOVAS VERSÕES
- LEILÃO DA ANEEL VAI GERAR INVESTIMENTOS DE R\$ 1,5 BI
- EMPRESA APRESENTA PROPOSTA PARA INVESTIMENTO EM ENERGIA EÓLICA NO PIAUÍ
- TRABALHADOR BEM FORMADO É MAIS PRODUTIVO; BRASIL INVESTE, MAS FICA PARA TRÁS
- LEI QUER LIBERAR DIESEL PARA CARROS DE PASSEIO
- AGCO MANTÉM INVESTIMENTO NO BRASIL
- VOLKSWAGEN INVESTIRÁ US\$ 340 MILHÕES NA ÁFRICA DO SUL
- ECONOMIA RECUA 1,9% NO 2º TRI COM QUEDA NO CONSUMO E NO INVESTIMENTO
- LEVY SOB ATAQUE DA INDÚSTRIA
- PESQUISA REVELA IMPOSTOS ALTOS E DESEJO DA INDÚSTRIA DE REFORMA NO PIS/COFINS
- BANCO DO BRASIL SERÁ O ÚNICO A AUMENTAR LIMITE DO CRÉDITO CONSIGNADO
- LATIN NCAP ADOTARÁ NOVO PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO EM 2016
- MERCEDES-BENZ E SINDICATO RETOMAM NEGOCIAÇÕES
- S10 CHASSI-CABINE E ADVANTAGE JÁ TÊM PREÇO
- SUSPENSYS AMPLIA CAPACIDADE EM CAXIAS DO SUL

- 69% DAS NEGOCIAÇÕES SALARIAIS NO 1º SEMESTRE TIVERAM AUMENTOS REAIS
- MONTADORAS ANUNCIAM NOVAS PARADAS DE PRODUÇÃO EM SETEMBRO
- EM NOTA, FIESP CRITICA MINISTRO DA FAZENDA
- CSN NEGOCIA ALONGAMENTO DA DÍVIDA
- GOVERNO DE ALAGOAS CONFIRMA IMPLANTAÇÃO DE EMPRESA DE AÇO E FERRO EM PENEDO
- VALE VENDE MINA DE CARVÃO NA AUSTRÁLIA PARA GLENCORE E BLOOMFIELD
- DESAFIO DE MINERADORAS É CRIAR VALOR PARA ACIONISTAS
- CSN BUSCA UM PARCEIRO PARA SEU TERMINAL DE CONTÊINERES NO RIO
- SETOR SIDERÚRGICO APOSTA NA EXPORTAÇÃO PARA VENCER CRISE
- DESACELERAÇÃO DA CHINA VAI IMPACTAR EMBARQUES MINEIROS
- CREDORES DA MMX, DE EIKE BATISTA, DECIDEM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- CÓDIGO DEVE SER VOTADO EM SETEMBRO
- VENDAS DE CARROS NOVOS NÃO PARAM DE CAIR EM AGOSTO
- BRASIL FECHA ACORDO PARA EXPORTAR MAIS VEÍCULOS AO URUGUAI

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 28/08/2015</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,597	3,597
<b>Euro</b>	4,018	4,019

Fonte: BACEN

### **Plano de demissões da Volvo teve adesão de 130 funcionários**

28/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Cerca de 130 empregados aderiram ao plano de demissões voluntárias (PDV) lançado pela Volvo em meados do ano, segundo o vice-presidente de Assuntos Corporativos da montadora, Carlos Morassutti. Ele participou nesta quinta-feira (27) do 1.º Fórum Automotivo Regional do Paraná, promovido pela AutoData Editora.

## **NOVO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO**

A Volvo inaugura em setembro um novo centro de distribuição de peças e componentes na Região Metropolitana de Curitiba. A instalação, com 30 mil metros quadrados, fica na BR-277, em frente à fábrica da Renault, em São José dos Pinhais. Hoje, a distribuição é feita a partir da própria fábrica da Volvo, instalada na CIC. "O novo centro terá um sistema mais moderno de recebimento e estocagem de peças", disse o vice-presidente de Assuntos Corporativos da Volvo, Carlos Morassutti.

O plano, portanto, ficou longe de resolver a situação da empresa. Instalada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), a Volvo afirma que a forte queda na venda de caminhões – de 55% nos sete primeiros meses de 2015 – criou um excedente de 600 funcionários.

Com uma capacidade ociosa em torno de 50%, a montadora já eliminou um turno de produção e, segundo Morassutti, até dezembro 600 pessoas vão ficar em casa, com os contratos de trabalho suspensos temporariamente dentro do regime de layoff.

"Temos dúvidas sobre qualquer recuperação do mercado até lá", afirmou Morassutti aos empresários que participavam do fórum. O executivo disse à **Gazeta do Povo** que a empresa ainda não decidiu o que fará na sequência, mas assegurou que a adesão ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE) – possibilidade avaliada pela unidade paranaense da Volkswagen – está fora de cogitação no momento

## **Volks cogita reduzir jornada e salários no Paraná**

28/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A fábrica da Volkswagen no Paraná, que desde fevereiro de 2014 promove um "rodízio" de funcionários em regime de layoff (suspensão dos contratos de trabalho), vai discutir com o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) outras alternativas para lidar com o excedente de pessoal da unidade. A fábrica tem 3,2 mil empregados, mas, com a retração do mercado brasileiro e das exportações, trabalha com ociosidade elevada desde o início do ano passado.

Uma das propostas que deve entrar na mesa de negociações é a adesão da empresa ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), iniciativa do governo federal que permite a redução da jornada de trabalho e dos salários em empresas que nos últimos 12 meses fecharam postos de trabalho ou elevaram o quadro de pessoal em no máximo 1%.

No programa, lançado em julho, o número de horas trabalhadas pode cair até 30%, e os salários, 15%, com parte da remuneração bancada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Termina no fim deste mês o período de layoff de um grupo de 570 funcionários da unidade da Volkswagen em São José dos Pinhais, na Grande Curitiba. Mas a fábrica não voltará a ocupar 100% do quadro de pessoal, pois na terça-feira (1.º de setembro) a montadora dará férias coletivas de 20 dias a 450 empregados, segundo informações do

SMC. E isso faltando pouco tempo para o início da produção em escala comercial de seus dois novos produtos, o Audi A3 Sedan, em setembro, e o novo Golf, na sequência.

Montadora e sindicalistas começam a negociar na semana que vem o reajuste anual dos trabalhadores, e o PPE é uma das alternativas que a empresa deve apresentar para reduzir custos com pessoal.

“É cedo para falar, mas estamos vendo o que vamos fazer. O governo traz opções, mas ainda precisamos negociar com o sindicato o que faremos no futuro”, disse à **Gazeta do Povo** o diretor de produção da unidade paranaense, Volker Germann, que participou nesta quinta-feira (27) do 1.º Fórum Automotivo Regional do Paraná, promovido pela AutoData Editora.

“É claro que isso também depende da evolução do mercado”, disse Germann. Assim como boa parte dos executivos do setor, ele evita projetar em que momento o mercado brasileiro pode começar a se recuperar. “Não quero fazer especulações sobre o mercado. Sabemos que no longo prazo ele voltará a crescer.”

### **Proposta de nova CPMF prevê alíquota de 0,38%; recriação é criticada**

28/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A proposta de resgate da CPMF encaminhada pela equipe econômica ao Palácio do Planalto prevê uma alíquota de 0,38% do chamado “imposto do cheque”.

A presidente Dilma Rousseff está analisando a conveniência de se propor a medida de elevação de tributo após o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmar nesta quinta (27) que a proposta de elevação de tributos será “um tiro no pé”.

Organizações ligadas ao comércio e à indústria também criticaram a possibilidade, chamando-a de “loucura”, “retrocesso” e “absurdo”.

A medida é considerada crucial para reequilibrar as contas públicas em um cenário de fraca arrecadação decorrente da desaceleração da economia. Para tornar o imposto mais palatável e aumentar suas chances de aprovação no Congresso, a ideia do governo é propor que a CPMF passe a ser partilhada com estados e municípios e não fique mais exclusivamente nas mãos da União.

#### **Ministro defende tributo para a saúde, mas com novo nome**

A alíquota apresentada ao Palácio é a mesma que vigorou de 1997 até 2007, quando a CPMF foi suspensa pelo Legislativo.

A volta da CPMF foi descartada no primeiro semestre deste ano após o ministro da Saúde, Arthur Chioro, defender uma fonte adicional de recursos para financiar a saúde pública.

#### **Resistência**

Para Renan Calheiros, a criação de um imposto no momento de retração da economia só irá piorar o cenário da crise econômica e, por isso, é um “tiro no pé”.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), também criticou a volta da CPMF e disse que o Planalto enfrentará um desgaste desnecessário caso envie esse projeto ao Congresso.

Organizações ligadas à indústria e ao comércio se posicionaram no mesmo sentido. O presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Andrade, disse à reportagem classificar a possível medida como “um absurdo”.

“Mais um imposto para a sociedade pagar, enquanto o caminho ideal seria o governo promover uma redução de gastos públicos para deixar a economia se recuperar”, afirmou Andrade ao tomar conhecimento da proposta do governo para fechar o Orçamento da União de 2016.

Para a FecomercioSP (Federação do Comércio do Estado de São Paulo), a volta do tributo vai onerar as empresas em um momento difícil da economia, com inflação e desemprego em alta e elevada taxa de juros. “É um total retrocesso na economia do país”, disse Kelly Carvalho, assessora econômica da entidade.

Na avaliação de Carvalho, o governo estuda aumentar a carga tributária para cobrir despesas da má administração pública.

“Os gastos do governo é que devem ser reduzidos e melhor administrados, enxugando a máquina pública”, disse. A FecomercioSP foi uma das entidades a brigar pela extinção da contribuição, conhecida como o “imposto do cheque”, em 2007.

O presidente da CNS (Confederação Nacional de Serviços), Luigi Nese, disse que “é uma loucura criar novo imposto no Brasil em um momento de crise e fragilidade das empresas”.

### ***Skaf critica política econômica de Levy e sugere saída de ministro***

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, atacou nesta quinta (27) a política econômica conduzida pelo ministro Joaquim Levy (Fazenda) e sugeriu a sua saída do governo ao comentar a proposta de volta da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

“Em vez de reduzir impostos para estimular a recuperação da economia, ele [Levy] está fazendo o oposto. Ele está aumentando juros, reduzindo o crédito e aumentando impostos. Com isso, não vai haver fim do ajuste fiscal. Ele vai derrubar a economia de tal forma que a arrecadação vai continuar caindo e você sempre vai precisar de outro ajuste”, disse Skaf, que é filiado ao PMDB, à reportagem.

“Se o ministro da Fazenda não tiver a competência para encontrar caminhos para resolver a questão econômica brasileira a não ser o caminho do aumento de impostos, é melhor ele arrumar a mala dele e ir fazer outra coisa. Ele vai prejudicar muito o Brasil.”

### ***“Balão de ensaio”***

Para Skaf, a proposta de volta da CPMF é “balão de ensaio” e, se avançar, enfrentará forte resistência.

“A sociedade não vai aceitar nem a CPMF nem qualquer imposto que o governo queira impor além dos que as pessoas já pagam por um péssimo serviço público. Se o governo encaminhar pedido de retorno de CPMF ou qualquer novo imposto, haverá uma reação muito forte, começando pela Fiesp.”

Skaf, que na noite desta quinta recebe Michel Temer (PMDB) em um jantar na Fiesp, disse que levará a preocupação com a economia brasileira e com o aumento de impostos ao vice-presidente.

## Hyundai ix35 2016 ganha 'fucinho' global e duas novas versões

28/08/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A Hyundai apresentou nesta semana a linha 2016 do ix35, que ganhou retoques estéticos, recheio de equipamentos e duas novas versões, uma de entrada e outra topo de linha – até então era vendida apenas na configuração que passa a ser intermediária. O SUV médio parte R\$ 99.990 e a vai até R\$ 122.990.

A transição do modelo será marcada pela série limitada 'Launching Edition', que terá 300 unidades produzidas e identificada na cor laranja – 176 exemplares no acabamento intermediário e 124, no topo de gama.

Por fora, o New iX35 agora exibe uma grade com três filetes foscos cobrindo parcialmente a colmeia interna, ambas contornadas pela moldura em formato hexagonal, que segue a nova identidade global da marca.

O conjunto óptico superior recebeu projetor e uma fita em led na base da lente. Já o farol de milha foi redesenhado e conta com molduras em sintonia com a grade frontal. A adição de um spoiler dianteiro complementa o pacote externo. Na traseira, as lanternas não sofreram alterações no formato, apenas na disposição das luzes.

### **Itens de série**

A versão básica traz rádio com MP3/ USB/ AUX/bluetooth, bancos parcialmente em couro, rodas de 18 polegadas, ar-condicionado com saída também para os bancos traseiros, direção elétrica, sensores de iluminação e de estacionamento traseiro, retrovisores com repetidores em led e rebatíveis eletricamente e faróis de led.

A intermediária, agrega entrada e partida sem chave, piloto automático, volante multifuncional, central multimídia com GPS, DVD e câmera de ré e rack de teto. As primeiras 4,5 mil unidades também serão vendidas com airbags laterais e de cortina.

A topo da gama acrescenta ainda volante, bancos e manopla do câmbio em couro, ar digital de duas zonas, maçanetas cromadas, banco do motorista com ajustes elétricos, lanternas traseiras em led, airbags laterais e de cortina e teto solar panorâmico. Apenas nesta configuração há controles de tração e estabilidade.

### **Motor igual**

A parte mecânica é a mesma. O SUV sai de Anápolis (GO) com o motor 2.0 flex, de 157 cv e 19,2 kgfm de torque quando abastecido com gasolina e de 167 cv 20,6 kgfm de torque apenas no etanol. O bloco é associado ao câmbio automático de seis marchas com trocas sequenciais na alavanca.

Segundo a Hyundai, o ix35 registrou uma alta de vendas no primeiro semestre de 15,9%, comparado ao mesmo período em 2014, passando de 7.025 unidades para 8.142 unidades. A meta da empresa é emplacar de 1,5 mil a 1,7 mil unidades/mês com a nova linha.

O modelo possui garantia de cinco anos, sem limite de quilometragem. O cliente conta também com o serviço de assistência 24 horas, com cobertura em todo o território nacional no primeiro ano.

### **Leilão da Aneel vai gerar investimentos de R\$ 1,5 bi**

28/08/2015 – Fonte: CIMM

O leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) comercializou quatro lotes de linhas de transmissão com investimentos estimados em R\$ 1,5 bilhão e que vão gerar 4,7 mil empregos diretos.

Segundo a agência, serão construídas seis linhas de transmissão, totalizando 909 km, e sete subestações, com capacidade total de 550 MVA, reforçando a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), nos estados de Goiás, Pará, Rondônia e Rio Grande do Sul.

As primeiras instalações deverão entrar em operação em novembro de 2018. O leilão movimentou R\$ 250 milhões, considerando a Receita Anual prevista nesses empreendimentos, com deságio de até 15,5%.

O leilão foi realizado nesta quarta-feira (26), na sede da Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo, BM&F Bovespa.

### **Empresa apresenta proposta para investimento em energia eólica no Piauí**

28/08/2015 – Fonte: CIMM

O secretário de Governo, Merlong Solano, recebeu em seu gabinete o presidente da empresa alemã SwissEnergy AG, Stefan Simon, e a diretora da United Energies, Anja do Egito. Os empresários vieram apresentar ao secretário uma proposta de investimento em energia eólica no Piauí.

Segundo o Stefan Simon, o Piauí seria o primeiro estado a receber investimentos da empresa que tem fábricas na Europa. “Escolhemos o estado depois de uma pesquisa e verificamos seu grande potencial em produzir energia eólica. Estamos aqui hoje para apresentar nossa proposta ao Governo”, explicou Simon.

Ainda de acordo com os empresários, a região de Picos ou Piripiri seria escolhida para a instalação da fábrica de aerogeradores de energia eólica e demais componentes dos parques eólicos.

“Faríamos a construção completa do gerador, torre, turbina e asas, o que facilita o controle de qualidade. Nossas turbinas são modernas, sem engrenagem, que torna a manutenção mais em conta”, esclareceu Anja do Egito.

Para o secretário de Governo, Merlong Solano, “é importante apoiar a instalação de uma fábrica de aerogeradores no Piauí. É parte da estratégia de incentivar o crescimento da economia, por meio da agregação de valor econômico às nossas potencialidades naturais. Além disso, a fábrica vai possibilitar a criação de emprego e renda na região”, defendeu o secretário.

O Piauí responde por 1,4% da energia eólica produzida no Brasil. Em 2017, o estado produzirá 10,4% da energia eólica do país, ficando atrás apenas da Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Rio Grande do Sul. As condições climáticas favoráveis têm atraído investidores nacionais e internacionais para novos empreendimentos. Com volume

esperado de geração, é possível que o estado deixe de ser importador e torne-se exportador de energia.

Participaram ainda da reunião, o diretor-geral do Interpi, José Osmar, e a assessora especial do governador, Lucile Moura.

## **Trabalhador bem formado é mais produtivo; Brasil investe, mas fica para trás**

28/08/2015 – Fonte: CIMM

Na Coreia do Sul, 65,7% da população entre 25 e 34 anos tem ensino superior completo. No Japão, são 58,6%. Bem distante disso está o Brasil, com apenas 15,2%. Segundo o IBGE, 49,9% dos brasileiros só estudaram até o ensino fundamental.

A escolaridade não é o único indicador a ser levado em consideração, mas explica muito o fato de o Brasil figurar entre os países com as taxas mais baixas de crescimento da produtividade no mundo. Em 2011, por exemplo, um brasileiro produzia, em média, 30% do que produzia um sul-coreano.

O grau de eficiência do Brasil para produzir bens e serviços é baixíssimo comparado aos países desenvolvidos e é o segundo pior da América Latina, ganhando apenas da Bolívia. E nas últimas décadas o Brasil ficou ainda mais distante dos países da fronteira.

“A produtividade no Brasil cresceu muito entre 1950 e 1980, período da industrialização, mas de 1980 até hoje a tendência de crescimento é muito baixa”, observa o especialista em produtividade do Instituto Brasileiro da Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas, Fernando Veloso.

Houve até a retomada de um movimento de aceleração na segunda metade dos anos 2000, que coincidiu com a aceleração do crescimento da economia. Mas, de 2011 para cá, voltou a desacelerar, enquanto a produtividade de outras economias segue crescendo.

Segundo especialistas, é impossível ter uma boa produtividade sem investimento em capital humano, tecnologia, inovação, infraestrutura, bom ambiente de negócios, desburocratização e diminuição da carga tributária.

Uma simulação realizada pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostra que se o Brasil tivesse o mesmo ambiente de negócios do Chile, a produtividade cresceria 11%.

Se a melhoria alcance o ambiente de negócios do Japão, cresceria até 29%. “É preciso ter um ambiente que estimule investimentos”, diz o gerente de competitividade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renato da Fonseca.

Para o professor de Inovação e Competitividade da Fundação Dom Cabral, Carlos Arruda, entre as causas do mau desempenho da produtividade está o baixo nível educacional dos trabalhadores.

“Trabalhadores menos qualificados são menos produtivos. As empresas investem em treinamentos, mas não basta. A qualidade da educação tinha que melhorar muito para ter uma mão de obra mais qualificada, e conseqüentemente, mais produtiva”, avalia.

Outro problema, para Arruda, está na falta de investimentos em inovação. “No Brasil, quando a gente fala em inovação, a prática dominante não é criar uma coisa nova, é melhorar o que a gente já faz. É inovação olhando para o passado. Como sustento minha condição competitiva assim?”.



Não bastassem os problemas estruturais e conjunturais, o país passa por ajustes fiscais que impacta na produtividade. "Num ambiente de incerteza, os empresários investem menos e isso reduz a produtividade", diz Veloso, da FGV.

Para os especialistas, se a produtividade não crescer, o Brasil terá dificuldade, por exemplo, de sustentar a atual política de salário mínimo. "Não é possível aumentar salário sem que a produtividade suba. Se ela aumenta, quer dizer que o trabalhador produziu uma quantidade maior de produtos e isso permite que ele ganhe mais", fala Veloso.

### **China melhorou produtividade ao adotar tecnologias de outros países**

Não existe uma receita pronta, mas os especialistas sabem os erros que o Brasil cometeu e que se traduziram em baixa produtividade. Sabem, também, os caminhos para mudar esses resultados.

Segundo Fernando Veloso (FGV), muita coisa já foi feita para melhorar a produtividade brasileira. O fato dela ter crescido muito pouco mostra o tamanho da dificuldade. Para ele, é preciso melhorar a infraestrutura, a educação, a questão tributária e mexer com isso não é fácil.

"Reforma tributária se discute desde os anos 90 no Brasil. Educação também. O tempo todo se fala que é ruim e não melhora. São fatores difíceis de mudar. Por outro lado, temos vários exemplos de países que aumentaram a produtividade em um curto tempo. Nossa produtividade é em torno de 25% da americana", ressalta.

O fato de estar muito abaixo significa que o país pode adotar tecnologias e métodos de produção desenvolvidos nos Estados Unidos - e em outros países que já são ricos - para reduzir essa distância rapidamente.

"Foi o que a China fez e teve um crescimento extraordinário dos anos 80 para cá. Era um país muito pobre e passou pelo processo de industrialização. O Brasil não pode mais fazer isso porque já ultrapassou esta fase, mas a China se beneficiou muito da abertura ao comércio internacional. A Índia também tem tido um crescimento significativo, assim como os países da África. Na América Latina temos o Chile e a Colômbia com um crescimento expressivo de produtividade", compara o especialista.

Já para Arruda, mais do que adotar tecnologias que dão resultado em outros países, é preciso ter ferramentas próprias. "O que falta é mais investimentos em inovação, que vão gerar rupturas. O setor agrícola brasileiro é altamente produtivo dentro da fazenda, graças a pesquisas e inovação. Falta isso em outros setores", pontua Arruda.

Ele chama a atenção ainda para a necessidade de o Brasil ter uma agenda combinada do setor público com o setor privado. "Se a empresa precisa de um bom porto, ela tem que participar do processo e investir nesse porto. O mundo faz isso em larga escala. Mas para as empresas fazerem isso elas precisam ter certeza de que as regras vigentes hoje serão mantidas", avalia.

O problema é que, na avaliação de Arruda (da Dom Cabral), faltam lideranças empresariais que chamem a comunidade empresarial para contribuir com o desenvolvimento do país. "É essa agenda que está faltando, é essa liderança que não está muito em evidência hoje", afirma.

### **Brasil tem que melhorar a educação**

O Brasil ocupa as últimas posições no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), que avalia o desempenho de estudantes de 65 países. No último resultado, divulgado em 2012, o país está na 55ª posição no ranking da leitura, na 59ª em ciências e na 58ª em matemática.

O indicador é só mais um termômetro de que a qualidade da educação brasileira não vai mesmo bem. Segundo Renato da Fonseca, da CNI, as pessoas concluem o ensino médio sem um bom conhecimento em disciplinas básicas.

“Sem isso é muito difícil ser um trabalhador no mundo atual. Você pega um trabalhador numa indústria, você muda o equipamento e a pessoa não tem noção para interpretar um manual”, diz.

Para ele, o trabalhador tem que estar apto às exigências do mundo moderno e isso só é possível por meio da educação. “O trabalhador não é mais aquele que só aperta parafusos. Ele tem que ser perspicaz o suficiente para perceber que há um problema naquele carro e parar a produção para resolver. Um dos grandes problemas do Brasil em relação à competitividade é a educação. A gente não vai resolver isso num curto prazo. Educação se leva, pelo menos, uma geração para resolver”, explica.

### **País investe 5% do PIB, mas os resultados não aparecem**

Enquanto nos países desenvolvidos metade da população tem ensino superior completo, no Brasil, a escolaridade média é em torno de 7,5 a 8 anos de estudo, o que corresponde ao ensino fundamental completo ou um pouco incompleto ainda.

O Brasil investe hoje mais de 5% do seu PIB em educação. Ainda assim, as escolas não oferecem uma educação de qualidade. “O governo fala há muitos anos em melhoria da qualidade da educação básica, mas a implementação dessa preocupação ainda não está gerando resultados devidos”, pondera Carlos Arruda, da Fundação Dom Cabral.

## **Lei quer liberar diesel para carros de passeio**

28/08/2015 – Fonte: CIMM

Alternativa à gasolina, o diesel, que é bastante utilizado em carros de passeio na Europa, não está disponível para esse tipo de veículo no Brasil. Um projeto de lei, no entanto, pretende mudar esse panorama.

De autoria do senador Benedito de Lira (PP-AL), o projeto 84/2015 visa derrubar a portaria 23/1994 do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), que veta o uso do diesel em carros de passeio e o libera apenas para os de transporte coletivo, carga ou off-road com capacidade acima de 1.000 kg. No Brasil, esse combustível é subsidiado pelo governo.

No texto do projeto, o senador levanta as vantagens dos motores a diesel, já que os avanços dos últimos anos os tornaram mais econômicos, silenciosos e menos poluentes. Esses fatores estão em sintonia com leis de emissões mais restritivas a cada ano.

Outro ponto abordado é que a liberação do diesel para carros de passeio ajudaria a alavancar o desenvolvimento do biodiesel, criado a partir de óleos vegetais (como a mamona). Alternativa ao diesel, esse combustível pode reduzir a dependência do petróleo no País.

## **AGCO mantém investimento no Brasil**

28/08/2015 – Fonte: CIMM

A AGCO, fabricante e distribuidora mundial de equipamentos agrícolas, reuniu a imprensa nesta quarta-feira (26), em Brasília, para relatar as condições de mercado atuais e a importância do Brasil para a estratégia de crescimento global do grupo.

"Nossa visão para o mercado sul-americano permanece otimista com a expansão da demanda por grãos, o que sustentará a economia agrícola e o crescimento saudável da nossa indústria", disse Martin Richenhagen, Chairman, presidente e CEO da AGCO.

"A queda na demanda no Brasil é resultado de um mercado mais brando no setor de açúcar, fraqueza da economia como um todo e mudanças nos programas de financiamento do governo", explicou Robert Crain, Vice-Presidente Sênior e Gerente Geral da AGCO para as Américas.

"A AGCO ainda continua a ter um bom desempenho e continuará investindo para aumentar sua produtividade em nossas fábricas, além de oferecer soluções de alta tecnologia que ajudam os produtores rurais a melhorar sua eficiência e produtividade".

O Brasil apresenta uma grande escassez de instalações de armazenagem de grãos e a AGCO espera que este segmento cresça nos próximos anos. O aumento da produção agrícola na região do Cerrado contribuirá para o crescimento geral.

A AGCO já vem expandindo as capacidades de seus negócios de armazenagem de grãos através da GSI (equipamentos para armazenagem e produção de proteína animal) para ajudar a atender esta demanda no futuro.

As principais marcas da AGCO no Brasil, Massey Ferguson e Valtra, possuem forte participação de mercado no segmento de tratores agrícolas e uma participação crescente no segmento de colheitadeiras.

Os lançamentos de produtos da empresa para a América do Sul em 2015 incluem uma nova colhedora de cana de açúcar, pulverizadores, enfardadoras, tratores e colheitadeiras altamente tecnológicos.

A colhedora de cana é um produto estratégico para o crescimento da AGCO, à medida que o negócio de cana de açúcar continuará sendo um fator-chave de crescimento para a indústria agrícola na América do Sul.

Os produtores rurais precisam de um produto confiável e de alta performance, mas econômico para colher suas plantações de cana de açúcar que são altamente produtivas.

"Para fortalecer ainda mais a nossa posição de mercado, continuamos investindo em nossas plantas de produção no Brasil, nossa rede de distribuição e nossa infraestrutura de pós-venda em toda a América do Sul", afirma Bernhard Kiep, Vice-Presidente de Marketing, Pós-Venda, Gestão de Produtos e Desenvolvimento de Concessionários para a América do Sul.

"Por exemplo, atualmente estamos investindo cerca de R\$ 35 milhões no primeiro laboratório de controle de emissões em uma fábrica de equipamentos agrícolas no Brasil." A AGCO também introduziu a Fuse Technologies no mercado sul-americano.

A Fuse Technologies ajuda a minimizar o tempo de máquina parada enquanto melhora o negócio do produtor como um todo através da conectividade com a internet e serviços de diagnóstico. Neste sentido, a Fuse torna as propriedades rurais mais produtivas e rentáveis.

A AGCO fabrica equipamentos agrícolas em seis fábricas no Brasil e também uma na Argentina para o mercado sul-americano. As colheitadeiras são produzidas em Santa Rosa (RS), as colhedoras de cana são produzidas em Ribeirão Preto (SP) e os tratores são produzidos em fábricas localizadas em Mogi das Cruzes (SP) e Canoas (RS).

Os implementos da AGCO são fabricados em Ibirubá (RS) e a fábrica da GSI fica localizada em Marau (RS). Os produtos são exportados para outros mercados da América do Sul e da América Central, mas também para mercados distantes da África (com foco na joint venture na Argélia).

## **Volkswagen investirá US\$ 340 milhões na África do Sul**

28/08/2015 – Fonte: Automotive Business

A Volkswagen investirá o equivalente a US\$ 340 milhões em sua fábrica na **África do Sul**, localizada em Uitenhage, próximo a Porto Elizabeth, na província de Cabo Oriental. A maior parte será aplicada na modernização das instalações da linha de produção, que passará a fabricar o novo Polo, enquanto outra parte do aporte será destinada para a melhora da cadeia de suprimentos.

“As exportações voltarão a desempenhar um papel fundamental em nossa estratégia daqui para frente”, disse em nota o diretor-gerente do Grupo Volkswagen na África do Sul, Thomas Schaefer.

Os fabricantes de automóveis na África do Sul, que também incluem o Grupo BMW, a Mercedes-Benz e a Toyota, esperam exportar 18% mais este ano, a partir da vantagem cambial, com a desvalorização do rand (moeda local), disse a Associação Nacional de Fabricantes de Automóveis da África do Sul (Naamsa) em seu relatório mensal. Já as vendas para o mercado interno provavelmente devem cair 2,8% em 2015, resultado do aumento dos custos de combustível e taxas de juros.

## **Economia recua 1,9% no 2º tri com queda no consumo e no investimento**

28/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



O PIB (Produto Interno Bruto), medida da produção de bens e serviços do país, confirmou nesta sexta-feira (28) o que famílias e empreendedores já perceberam em seu dia a dia: a economia brasileira está em recessão.

O PIB teve queda 1,9% no segundo trimestre, frente aos três primeiros meses do ano, para R\$ 1,428 trilhão. Trata-se da segunda queda consecutiva do indicador, que recuou 0,7% no primeiro trimestre frente aos três meses anteriores —inicialmente, havia sido apontada uma queda bem menor, de 0,2%, mas o dado foi revisado. No acumulado do ano, a queda é de 2,1% frente ao mesmo período do ano passado.

A previsão da agência internacional Bloomberg era de retração de 1,7% no PIB do trimestre comparado com o trimestre anterior.

A retração foi não apenas mais intensa, como também disseminada. Do lado da demanda, os investimentos encolheram 8,1%, assim como o consumo das famílias (-2,1%) frente ao trimestre anterior. Já o consumo do governo surpreendeu com alta de 0,7%. Do lado da oferta, indústria teve queda de 4,3% e serviços, de 0,7% (veja mais abaixo).

A economia teve assim o pior segundo trimestre do PIB desde 1996, quando teve início a série histórica do IBGE. E, considerando todos os trimestres, foi o pior resultado da

economia brasileira desde o primeiro trimestre de 2009, quando o PIB brasileiro recuou 2,2%.

O cenário hostil é fruto dos desequilíbrios do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, como expansão de gastos públicos que, além de pressionar a inflação, exigiu uma mudança brusca de rota na política econômica, minando a confiança de empresários e consumidores.

## **RECESSÃO**

Com o resultado divulgado pelo IBGE, a economia do país se enquadra na chamada "recessão técnica", uma definição usada há décadas para definir duas quedas consecutivas do PIB.

Em outras palavras, houve empobrecimento geral no país: os empresários cortaram investimentos e as famílias estão consumindo ainda menos, efeito da piora do mercado de trabalho e redução da renda real. De quebra, o desgaste político do governo aumenta.

Um dado eloquente é que, na comparação com o mesmo período de 2014, a queda do PIB foi de 2,6% —a quinta taxa negativa consecutiva nesta comparação, a mais longa sequência da série histórica e bem abaixo da previsão de economistas consultados pela Bloomberg, de 2,1%. No acumulado de quatro trimestres, o PIB caiu 1,2%.

Para o Comitê de Ciclos Econômicos da FGV (Fundação Getúlio Vargas), a recessão da economia brasileira se estende desde o segundo trimestre do ano passado, um dos ciclos mais longos da história recente.

"Recessão é, pela teoria econômica, período de retração generalizada da atividade econômica. E isso está acontecendo na economia brasileira desde o segundo trimestre de 2014", diz Paulo Picchetti, pesquisador do Ibre/FGV.

## **REVISÕES PARA BAIXO**

Também foram divulgados nesta sexta-feira dados revisados do PIB desde o quarto trimestre de 2013, sempre na comparação com os três meses imediatamente anteriores, pela série com ajustes sazonal. O PIB para o ano fechado não foi revisto. Na maioria dos casos, as revisões foram para baixo.

Mudaram assim o PIB do quarto trimestre de 2013 (de zero para -0,2%), do segundo trimestre de 2014 (de -1,4% para -1,1%), do terceiro trimestre de 2014 (de 0,2% para 0,1%), do quarto trimestre de 2014 (de 0,3% para zero) e do primeiro trimestre deste ano (de -0,2% para -0,7%).

## **DEMANDA**

O consumo das famílias e os investimentos —que compõem a principal parte do lado da demanda do PIB— recuaram ao mesmo tempo e de maneira mais intensa do que nos três primeiros meses do ano, aprofundando a crise econômica brasileira.

Um dos propulsores da economia nos últimos anos, o consumo das famílias teve queda de 2,1% de abril a junho deste ano na comparação aos três meses imediatamente anteriores. E encolheu 2,7% frente ao mesmo período do ano passado.

As famílias brasileiras reduziram o consumo pressionadas por uma combinação de fatores que afetou seu poder de compra: renda corroída pela inflação, crédito mais restrito e piora do mercado de trabalho, segundo especialistas.

Sem confiança sobre o futuro, os empresários seguem adiando decisões. Os investimentos em máquinas, equipamentos e na construção tombaram 8,1% frente ao

primeiro trimestre deste ano. Essa queda foi de 11,9% na comparação ao mesmo período de 2014.

A surpresa ficou por conta do consumo do governo –incluindo União, Estados e municípios. Mesmo com o ajuste das contas, os gastos tiveram expansão de 0,7% frente ao primeiro trimestre. Na comparação ao mesmo período de 2014, a queda foi de 1,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

## **OFERTA**

Com a menor demanda por bens e serviços, a oferta também precisou se ajustar à economia. Assim, agropecuária, indústria e serviços tiveram queda no segundo trimestre deste ano, frente aos três meses anteriores, de forma combinada.

O gigantesco setor de serviços, que responde por cerca de dois terços do PIB e engloba as mais variadas atividades, recuou 0,7% no segundo trimestre, na comparação ao primeiro. Em relação ao mesmo período do ano passado, a queda foi de 1,4%.

O setor agropecuário, que havia surpreendido com um avanço de 4,7% nos três primeiros meses do ano, mudou de figura: queda de 2,7% frente ao primeiro trimestre e alta de 1,8% na comparação com o segundo trimestre de 2014.

Com estoques ainda altos e parque ocioso, a combatida indústria teve sua terceira queda trimestral consecutiva, de 4,3% frente aos três meses imediatamente anteriores. Na comparação ao mesmo trimestre de 2014, a queda foi de 5,2%, informou o IBGE.

## **Levy sob ataque da indústria**

28/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Visto como tábua salva-vidas do governo Dilma, o ministro Joaquim Levy (Fazenda) está perdendo apoio entre o empresariado.

Levy já devia esperar a deserção de boa parte do setor privado de suas fileiras por conta da agenda de corte de benesses com a qual assumiu o governo.

O problema é que o momento político é tão delicado que reclamações normais em meio a um ajuste fiscal são amplificadas e podem se tornar ensurdecedoras.

No jantar nesta quinta-feira (27) com a presença do vice-presidente Michel Temer, Paulo Skaf, presidente da Fiesp, pediu a saída de Levy do cargo e repetiu as críticas que tinha feito na véspera, dizendo que o ministro não se importa em ceifar 1,5 milhão de empregos.

Os demais empresários presentes não quiseram se expor e não endossaram as palavras de Skaf. Nos bastidores, porém, o setor privado se queixa de que Levy não dispõe de alternativas que não sejam "quebrar o país" ou "aumentar impostos".

A lua de mel do ministro com o empresariado terminou na proposta de reoneração da folha de pagamentos, necessária para fechar as contas públicas, mas que pegou muitos setores desprevenidos, porque já tinham incluído as mudanças em seus cálculos.

Representantes dos 56 setores afetados estiveram em Brasília para tentar derrubar a medida e pediram para serem recebidos por Levy. O ministro atendeu à solicitação, mas deixou Skaf e os outros esperando por quatro horas... Não é motivo para rompimento, mas não ajuda a melhorar o clima.

A proposta de recriação da CPMF é mais um motivo de crítica a Levy. É o tipo de balão de ensaio que não ajuda em nada o governo, porque não tem qualquer chance de aprovação.

É claro que o ministro ainda mantém forte apoio no setor financeiro, entre economistas e formadores de opinião. Mas seu desgaste vai jogando mais lenha na fogueira no impeachment de Dilma e ajudando Skaf, que é filiado ao PMDB e já concorreu a cargos públicos, em sua tarefa de aproximar os empresários de Michel Temer.

(Raquel Landim- É repórter especial da Folha. Escreve sobre economia, negócios e comércio exterior).

## **Pesquisa revela impostos altos e desejo da Indústria de reforma no PIS/Cofins**

28/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



Uma sondagem especial elaborada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) aponta que 70% das empresas do setor defendem mudanças no PIS/Cofins. A principal prioridade para 41% das indústrias que gostariam dessa reforma é o fim do chamado cálculo por dentro, que consiste na incidência de impostos sobre eles mesmos.

Outras mudanças que o setor industrial considera prioritárias na reforma do PIS/Cofins são a unificação das duas contribuições em uma só, a exclusão de outros tributos da base de cálculo, a garantia da plena recuperação dos créditos tributários e a simplificação de procedimentos e exigências.

O estudo foi divulgado nesta sexta-feira (28) e ouviu 2.622 empresas do setor industrial, entre pequenas, médias e grandes. Os dados foram coletados entre os dias 01 e 10 de outubro de 2014.

O governo deve apresentar em breve uma proposta de reforma do PIS/Cofins. Para a CNI, as indicações de alteração até o momento estão de acordo com as expectativas das indústrias.

"As alterações que estão na mesa convergem com os problemas que são identificados. O grande receio que existe na indústria em relação a alteração do PIS/Cofins é o risco de elevação da carga tributária", disse José Augusto Fernandes, diretor de Políticas e Estratégia da CNI.

O ICMS foi citado por 51% dos entrevistados como o tributo que mais afeta a competitividade da indústria de transformação. O modelo de contribuições previdenciárias foi lembrado por 48%. O setor acredita que a unificação das alíquotas do ICMS entre os estados deve ser tratado como assunto prioritário.

A insatisfação com a tributação excessiva foi reportada por 90% das empresas ouvidas na pesquisa. De acordo com a CNI, essa percepção cresce entre as maiores empresas. O setor também gostaria de regras mais simples, maior transparência e segurança jurídica no setor.

## **Banco do Brasil será o único a aumentar limite do crédito consignado**

28/08/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Das seis maiores instituições bancárias no país, só o Banco do Brasil irá oferecer o limite maior para o crédito consignado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Em meados de julho, o governo federal ampliou de 30% para 35% a margem consignável para os segurados da Previdência. Desse total, 30% podem ser destinados para o empréstimo com desconto direto na folha de pagamento e os outros 5% vão para o cartão de crédito.

Entre instituições públicas e privadas, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, HSBC e Santander informaram que não pretendem comercializar a modalidade de cartão de crédito, que amplia a margem de contratação.

Apenas o Banco do Brasil disse estar se ajustando "aos atuais parâmetros", com previsão de liberar o limite maior nesta semana.

Crédito consignado

"Antes da MP, os beneficiários do INSS dispunham de até 30% de margem para realização de empréstimos consignados, dividida entre gastos com crédito pessoal e cartão de crédito. Quem não utilizava o cartão, poderia comprometer até 30% da sua renda com o empréstimo pessoal", informou a Previdência, em comunicado.

Os últimos dados organizados pela pasta, de setembro do ano passado, apontam para o crescente uso do consignado. Entre janeiro e agosto de 2014, o empréstimo direto em folha representou mais de 99% das contratações no país. Apenas 1% foi com o cartão.

Segundo o economista da FGV, Samy Dana, as instituições públicas costumam oferecer melhores taxas. "Agora, entretanto, será preciso garimpar em financeiras menores", afirma.

O beneficiário, lembra Dana, não está obrigado a contratar o empréstimo pelo mesmo banco em que recebe sua aposentadoria.

Atualmente, as taxas máximas são de 2,14% ao mês, para o empréstimo, e de 3,06% ao mês, para o cartão consignado. O segurado deverá ficar atento, pois a taxa contempla todos os custos da operação de empréstimo ou cartão de crédito, ou seja, o custo efetivo.

## **Latin NCAP adotará novo protocolo de avaliação em 2016**

28/08/2015 – Fonte: Automotive Business



O Latin NCAP, Programa de Avaliação de Carros Novos para América Latina e Caribe, adotará a partir de 2016 um novo protocolo de avaliação de segurança para modelos selecionados e vendidos na região. As novas diretrizes acrescentarão aos futuros crash tests a presença do ESC – controle eletrônico de estabilidade – e só veículos dotados deste sistema estarão aptos a receber cinco estrelas, pontuação máxima de segurança concedida pelo órgão, conforme já havia adiantado em março deste ano.



“Veículos já avaliados podem voltar a tê-lo ou atualizar sua qualificação completando os testes necessários para o novo resultado. Um veículo 5 estrelas de 2014 ou 2015 não é automaticamente um 5 estrelas em 2016”, disse o diretor do Latin NCAP, Alejandro Furas, na quinta-feira, 27, durante sua apresentação sobre as novas diretrizes a serem adotadas no próximo ano.

Acrescentou que a entidade concederá ainda o que ele chamou de prêmios para tecnologias avançadas de segurança, como freios autônomos e sistemas de proteção ao pedestre.

“Também haverá uma atualização [mudança] no logotipo do Latin NCAP e na grafia das estrelas para identificar os veículos que foram avaliados conforme o novo protocolo”, finalizou.

## **Mercedes-Benz e sindicato retomam negociações**

28/08/2015 – Fonte: Automotive Business



Terminou sem acordo a reunião de seis horas entre a Mercedes-Benz com o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) na quinta-feira, 27, a primeira após o início da greve, que nesta mesma data chega ao seu quarto dia. A retomada das negociações foi informada por empresa e sindicato via comunicado.

Em nota, a montadora informa que está disposta a encontrar uma solução com os representantes dos trabalhadores a fim de garantir a estabilidade dos empregos por um ano na fábrica, onde são produzidos caminhões, chassis de ônibus, motores, eixos e transmissões.

No comunicado, a empresa volta a reiterar que considera a adoção do PPE – Programa de Proteção ao Emprego – mas defende que são necessárias medidas adicionais de contenção de custos, como a reposição parcial da inflação na recomposição do aumento de salários em 2016, entre outras.

“Só assim, a empresa poderá continuar a gerenciar o excesso de pessoas na fábrica gerado pela ociosidade, que hoje é de 50% na unidade, diante da forte crise econômica no País”, diz a nota.

A decisão de retomar as negociações se dá um dia após o protesto dos metalúrgicos na região do ABC Paulista. Na manhã da quarta-feira, 26, os trabalhadores, que estão em greve desde a segunda-feira, 24, realizaram uma manifestação contra as 1,5 mil demissões anunciadas pela Mercedes-Benz.

Segundo o sindicato, cerca de 10 mil pessoas compareceram à concentração, em frente à montadora, às 7h da manhã. De lá, os trabalhadores seguiram em passeata até a Rodovia Anchieta, que liga a capital paulista ao litoral e à região do ABC. Eles pararam em frente à NHK (Rassini Automotive), empresa que aderiu recentemente ao PPE e de onde retornaram ao local de saída por volta das 10h30.

De acordo com o diretor do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre, ainda há trabalhadores recebendo os avisos de demissão pelos correios.

Como não houve avanços, o sindicato por sua vez informa que a greve continua por tempo indeterminado. Uma nova reunião entre empresa e trabalhadores está agendada para a sexta-feira, 28, a partir das 14h.

### **S10 chassi-cabine e Advantage já têm preço**

28/08/2015 – Fonte: Automotive Business



A General Motors já vende as versões chassi-cabine e Advantage da Chevrolet S10. A nova opção de trabalho tem capacidade de carga para até 1.343 quilos de carga. Com motor 2.4 flex de 147 cavalos o preço sugerido é de R\$ 71.190. O valor sobe para R\$ 102.890 no 2.8 turbodiesel de 200 cv.

Já a S10 Advantage é oferecida apenas com cabine dupla e propulsor 2.4 flex. O preço sugerido é de R\$ 86,9 mil. A picape tem revestimento de bancos e painéis de portas de tecido, console central com porta-copos e porta-objetos e tomada extra para os passageiros de trás.

As travas das portas, os vidros e os retrovisores têm comando elétrico. A picape traz também central multimídia Mylink. Banco do motorista e volante vêm com ajuste de altura.

### **Suspensys amplia capacidade em Caxias do Sul**

28/08/2015 – Fonte: Automotive Business



O investimento de cerca de R\$ 1,2 milhão no fim de 2014 em uma nova linha de montagem de cubos e tambores na fábrica em Caxias do Sul (RS) resultou em um ganho de produtividade de 30% para a Suspensys. A alteração permitiu à empresa produzir todos os conjuntos de cubos e de tambores pelo novo processo.

Segundo a fabricante, a mudança realizada na unidade envolveu as áreas de engenharia, comercial e chão de fábrica). A Suspensys fornece os componentes para as principais fabricantes de caminhões. As alterações na fábrica começaram a ocorrer no fim de 2014 e foram concluídas recentemente.

## 69% das negociações salariais no 1º semestre tiveram aumentos reais

28/08/2015 – Fonte: Automotive Business



No primeiro semestre de 2015, 69% das negociações analisadas pelo Sistema de Acompanhamento de Salários do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAS-Dieese) conquistaram aumentos reais. Os reajustes acima da inflação se concentraram na faixa de até 1% de ganho real, de acordo com os dados divulgados hoje (27) pela entidade, na capital paulista.

Cerca de 17% das negociações obtiveram reajustes iguais à inflação medida pelo INPC-IBGE. Os reajustes salariais que não repuseram a inflação alcançaram quase 15% das negociações. As perdas ficaram nas faixas de 2% abaixo da inflação na maioria dos casos. O pagamento em parcela única ainda predominou, aparecendo 94% das negociações. O pagamento parcelado ocorreu em 6%.

Segundo os dados, o comércio foi o setor que apresentou a maior proporção de reajustes com ganhos reais no semestre (76%) e a menor de reajustes abaixo do INPC-IBGE (7%). Nos serviços, ganhos reais foram observados em 74% das negociações, e perdas, em 12%. Na indústria, o setor com o desempenho mais fraco no semestre, ganhos reais foram verificados em 61%, e perdas reais, em 20%.

Os aumentos reais médios foram os menores do período em todas as regiões pesquisadas. No Sudeste os aumentos ficaram no mesmo patamar do observado em 2009 (0,50%). A maior elevação ocorreu no Nordeste (0,72%), seguido do Sul (0,58%), Norte (0,24%) e Centro-Oeste (0,17%).

O relatório também mostrou que as convenções coletivas (resultado de negociações entre sindicatos de trabalhadores e patronais) tiveram melhores aumentos do que os acordos coletivos (firmados entre sindicatos e empresas). Nas convenções coletivas, os reajustes acima da inflação foram observados em 71% das 281 negociações. Nos acordos coletivos isso ocorreu em 43% das 21 negociações.

Segundo o coordenador de relações sindicais do Dieese, José Silvestre Prado de Oliveira, o resultado das negociações do segundo semestre não deve ser tão diferente, não alterando então os resultados no ano inteiro.

“O ano de 2015 tende a ser pior do que 2014. Provavelmente também vai ser pior do que 2008. Se os resultados forem semelhantes ao primeiro semestre, será pior do que 2014”.

Silvestre ressaltou que é preciso considerar fatores como inflação mais elevada e piora do mercado de trabalho, redução da disponibilidade de crédito, queda do consumo das famílias, aumento de taxas de juros.

“Diante desse cenário a negociação fica muito difícil, principalmente se considerarmos as duas primeiras variáveis”.

## Montadoras anunciam novas paradas de produção em setembro

28/08/2015 – Fonte: Época Negócios



Sem sinais de recuperação no mercado e com altos estoques, mais um grupo de montadoras anuncia cortes de produção em setembro. Pelo menos 15,6 mil trabalhadores terão férias forçadas no próximo mês.

Além de férias, novos programas de lay-off (suspensão de contratos por até cinco meses) estão sendo anunciados. A fabricante de caminhões Iveco colocará em lay-off 300 trabalhadores da linha de caminhões pesados na fábrica de Sete Lagoas (MG) a partir do dia 16. Há outros 6 mil operários de várias montadoras nessa condição.

General Motors, Mitsubishi e Volkswagen darão férias coletivas. Nos próximos dias, outras empresas devem anunciar paradas, aproveitando o feriado da Independência, no dia 7. A Mitsubishi decidiu antecipar as férias de fim de ano e dispensará boa parte dos 3 mil funcionários da fábrica de Catalão (GO) de 14 de setembro a 3 de outubro.

A Volkswagen dará férias de 20 dias a cerca de 450 trabalhadores em São José dos Pinhais (PR) a partir do dia 1º. O grupo estava em lay-off há cinco meses e retornou ao trabalho nesta semana, segundo o sindicato dos metalúrgicos local.

A Volkswagen informou que "tem feito uso de ferramentas de flexibilização para adequar o volume de produção à demanda do mercado". A General Motors vai suspender toda a operação do complexo de Gravataí (RS), onde trabalham 9 mil pessoas, entre os dias 7 e 27.

Estarão ainda fora das fábricas no próximo mês os 3 mil trabalhadores da Fiat de Betim (MG) que entraram em férias na última segunda-feira e só retornam no dia 14. Na Chery, de Jacareí (SP), 200 operários também iniciaram férias na segunda-feira e voltam no dia 8.

### **Protesto**

Nesta quarta-feira (26/08) funcionários da Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo (SP) realizaram passeata pela Rodovia Anchieta em protesto contra 1,5 mil demissões na fábrica.

Os cortes começaram a ser comunicados por telegrama na sexta-feira, quando os 7 mil trabalhadores da área de produção da Mercedes ainda estavam em férias coletivas. Eles deveriam retomar as atividades na segunda-feira, mas decretaram greve por tempo indeterminado.

"Ainda há trabalhadores recebendo os avisos de demissão por correio", afirma Sérgio Nobre, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

A Mercedes emprega 10 mil pessoas e alega ter mais de 2 mil excedentes, pois opera com 50% de sua capacidade produtiva. Recentemente a montadora de caminhões e ônibus já havia dispensado 500 trabalhadores.

Segundo o sindicato, não há reunião agendada com a empresa. Os trabalhadores querem negociar a adoção do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que prevê redução de jornada e salários em até 30%.

A empresa, contudo, diz que, além do PPE, "são necessárias outras medidas de contenção de custos de pessoal, como reposição parcial da inflação no próximo ano, para enfrentar a crise econômica e continuar a gerenciar o excesso de pessoas". Só neste ano as montadoras demitiram 8,8 mil trabalhadores. Até julho, a produção de veículos caiu 18,1% ante 2014.

A GM anunciou 798 demissões em São José dos Campos, mas na semana passada suspendeu os cortes e colocou esse pessoal em lay-off por cinco meses, após greve dos trabalhadores.

### **Em nota, Fiesp critica ministro da Fazenda**

28/08/2015 – Fonte: Época Negócios

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) divulgou nota nesta quarta-feira (26) com críticas à condução da política econômica pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

"Levy não vê problema em terminar o ano com 1,5 milhão de empregos a menos", diz o trecho mais duro da nota. A Fiesp é presidida por Paulo Skaf, filiado ao PMDB e muito próximo do vice-presidente da República, Michel Temer.

O texto cita a turbulência na economia da China e elogia medidas tomadas pelo governo daquele país. Em seguida, usa o exemplo chinês para criticar a atual gestão do Brasil.

"No Brasil, vimos o oposto. Enquanto o PIB deverá encolher 3% no ano, a política econômica se baseia em aumento da taxa de juros, redução do crédito e aumento de impostos, ou seja, ações que tendem a ampliar os efeitos negativos da crise. Não há nenhum estímulo à retomada da economia", afirma Skaf, que assina a nota.

"Na semana passada, em reunião com líderes de diversos setores produtivos, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, defendeu o aumento de impostos da contribuição da previdência, mesmo alertado de que a medida provocará mais desemprego. Pelo visto, para o ministro, terminar o ano com fechamento negativo de 1,5 milhão de empregos a menos parece não ser um problema", conclui a nota.

Nesta quinta-feira (27), à noite, Temer tem presença confirmada em um jantar oferecido pela Fiesp, na capital paulista. O vice-presidente tem procurado manter agendas com o setor produtivo desde o início da atual crise política.

Temer formalizou na última segunda-feira sua saída da função de articulador político do governo Dilma. A decisão foi tomada após alguns desentendimentos de Temer e do PMDB com Levy e a equipe econômica.

Antes do jantar, o vice cumpre outras agendas relativas ao cargo dele em São Paulo. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

## **CSN negocia alongamento da dívida**

28/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

A Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), controlada pelo empresário Benjamin Steinbruch, está com negociações avançadas de alongamento de parte de sua dívida com três bancos do país. Segundo o Valor apurou, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são duas dessas instituições.

Com o BB e a CEF, o acordo prevê a rolagem para 2022 do pagamento da ordem de R\$ 5 bilhões que vencem em 2016 e 2017. Com isso, a empresa ganha fôlego em sua alavancagem financeira, que se agrava neste semestre com a retração da demanda local de aço e com os baixos preços do minério de ferro no mercado global.

Conforme o último balanço da empresa (fim de junho), no próximo ano e em 2017 a CSN tem vencimentos de cerca de 22% em sua dívida bruta consolidada (empréstimos, financiamentos, debêntures e bônus). Equivale a R\$ 6,7 bilhões. Portanto, o alongamento com os três bancos tira pressão sobre a companhia no curto e médio prazo. No fim de junho, sua dívida bruta fechou em R\$ 30,6 bilhões.

Devido ao peso da alavancagem financeira - 5,6 seis vezes a relação de dívida líquida sobre o Ebitda -, a CSN contratou Credit Suisse, Bradesco, BB e Goldman Sachs para atrair compradores de ativos não estratégicos. Mas o momento não é propício; assim, a rolagem ajuda a ganhar tempo.

Procurada, a CSN não comentou as negociações da dívida. Steinbruch está disposto a vender as ações que detém da Usiminas (17% do capital total), participações em duas hidrelétricas, ações excedentes na ferrovia MRS Logística e cerca de 50% do terminal de contêineres em Itaguaí (RJ).

Um motivo para a CSN estar em pior situação que suas rivais, até mesmo que a Usiminas (que tem um peso menor da mineração nos resultados), é que sua estrutura de capital sempre foi mais agressiva, com dependência bem maior de dívida do que capital próprio.

O patrimônio líquido, que é o dinheiro dos acionistas, representa hoje 10% do ativo total da companhia, uma alavancagem próxima da de bancos. Na média de Usiminas, Gerdau e Vale, esse mesmo indicador estava em 52% ao fim de junho. Em contraposição, o peso da dívida bruta no ativo da CSN atingiu 57% no segundo trimestre, ante média de 29% das rivais.

Em termos de resultado, contudo, a margem operacional média de 22% da CSN desde 2009 está bem acima do índice de 4% da Usiminas e de 7% da Gerdau. O retorno sobre os ativos da CSN também foi melhor, tendo ficado na média em 8% nesse período, ante 2% e 5% das concorrentes, pela ordem.

Os ADRs da CSN em Nova York fecharam ontem seu décimo pregão seguido abaixo de US\$ 1, a US\$ 0,89. Ontem subiram 16,6%, mas a queda é de 57% no ano. No Brasil, a ação subiu 11,51%, para R\$ 3,10. No ano, a baixa é de 40%.

## **Governo de Alagoas confirma implantação de empresa de aço e ferro em Penedo**

28/08/2015 – Fonte: Aqui acontece

O governador Renan Filho (PMDB) confirmou nesta quarta-feira (26), que a empresa Transmetais será instalada também no município de Penedo. O empreendimento, que está na fase de implantação, visa a reciclagem de aço e ferro.

A empresa deve gerar diversos empregos diretos e muitos outros de forma indireta na cidade ribeirinha, inaugurando um novo ciclo econômico na região do Baixo São Francisco.

A informação foi confirmada pelo governador ao falar da assinatura da concessão de incentivo locacional da área em que a empresa será instalada também no município de Teotônio Vilela, solenidade que acontecerá nesta quarta, 26, e contará com representantes da empresa e diversas autoridades.

Um encontro entre o prefeito Marcius Beltrão e o industrial Eduardo Montenegro já foi realizado em janeiro deste ano. A ação contou com a presença de representante de um cartório de escritura pública para que pudesse ser oficializada a doação do terreno à empresa que ocupará uma área no Distrito Industrial.

### **A empresa**

A Transmetais visa oferecer à comunidade uma saída sustentável para o descarte de materiais de forma responsável, oferecendo serviços de reciclagem para clientes comerciais, industriais e residenciais.

A empresa compra todos os tipos de sucata de metal, podendo retirar o produto nos locais mencionados pelo próprio cliente, dando assim maior comodidade e rentabilidade a quem buscar os serviços da empresa.

## **Vale vende mina de carvão na Austrália para Glencore e Bloomfield**

28/08/2015 – Fonte: Reuters

A mineradora Vale continuou sua venda de ativos não essenciais, fechando acordo para vender uma mina de carvão desativada na Austrália para a Glencore e o Bloomfield Group por um valor não divulgado.

A mina, chamada Integra, estava em manutenção desde julho de 2014, quando a Vale disse que os baixos preços do carvão tornavam insustentável mantê-la aberta. Esta é a segunda mina de carvão que a Vale vende este mês, conforme dá andamento a sua estratégia de sair de ativos não essenciais.

Em julho, a Vale vendeu outra mina de carvão na Austrália para um operador local em meio a uma desaceleração do setor que custou milhares de empregos e bilhões de dólares em prejuízos.

Os preços do carvão usado na mineração caíram de 300 dólares por tonelada em 2011 para cerca de 85 dólares, refletindo um excesso da oferta global e uma desaceleração na produção de aço na China, um destino-chave para o carvão australiano.

A Vale disse que a venda está em linha com sua estratégia de deter ativos capazes de produzir grandes volumes a custos competitivos.

## **Desafio de mineradoras é criar valor para acionistas**

28/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

As maiores empresas de mineração do mundo com capital aberto não conseguiram gerar valor suficiente para seus acionistas nesta década e, agora, com a depressão aguda dos preços de seus produtos, têm grande desafio para reverter esse quadro e reconquistar a confiança dos investidores, diz o Boston Consulting Group (BCG) em estudo que é publicado hoje.

As armas à disposição das produtoras, acrescenta a consultoria global, com sede nos Estados Unidos, são o aumento da produtividade por meio do corte dos custos unitários e a participação em operações de fusão e aquisição. Segundo o estudo, quem não conseguir extrair o máximo de seus ativos e alcançar esse retorno de valor às partes relacionadas será facilmente um alvo de compra por terceiros.

Os cálculos do BCG, feitos com 101 companhias - dentre elas, a Vale, a Anglo American, a BHP Billiton, a Norilsk Nickel e a Rio Tinto - mostram que do início de 2010 ao fim de 2014, o retorno total aos acionistas foi negativo, ano a ano. A mediana desse levantamento mostra queda anual de 18% no índice, com apenas 11 empresas entregando ganhos a seus investidores no período.

O indicador é formado, basicamente, por três fatores: geração de lucro, confiança do mercado e fluxo de caixa livre. A consultoria reuniu os dados das demonstrações financeiras das mineradoras e mostrou que, no caso do resultado líquido, a contribuição foi negativa em 7%.

O múltiplo que relaciona valor de empresa - que é o valor de mercado acrescido da dívida - e Ebitda, representativo do sentimento dos investidores, reduziu em 5% o índice. E, com retorno em dividendos respondendo positivamente com 2%, mas o endividamento e a alavancagem subindo e tirando 7%, o saldo mediano foi de 18%.

Dentre as tentativas das empresas para reverter o quadro, aparece a venda de ativos não estratégicos. "Mas o movimento não foi realizado sem desafios: foi difícil se desfazer de ativos, e muitos ainda estão em espera porque os compradores não aceitam os preços dos vendedores", afirma o estudo. Mesmo assim, a expectativa é que os desinvestimentos prossigam com certa recuperação dos balanços.

O BCG argumenta que, nesta década, as mineradoras afrouxaram o cinto e viram seus custos subirem acima do "boom" dos preços. O levantamento mostra que os custos foram de US\$ 66 por tonelada - seca ou úmida - em 2009, para US\$ 83 em 2012. Desde então, os esforços para conter gastos aumentaram, mas os grupos esbarram na sustentabilidade dos cortes, diz a consultoria.

A margem Ebitda média, que já foi de 42% há cinco anos, terminou 2013 em 33%, acrescenta o estudo. "Os esforços de produtividade, contudo, enfrentam dificuldade em dois aspectos, a habilidade em conseguir reduzir mais os custos e quanto a primeira leva se sustenta", pondera o texto. Para conseguir voltar a criar valor aos acionistas, então, as companhias, que não podem mais contar com altos preços das commodities, têm de buscar novas fontes de melhoria.

No estudo, a consultoria afirma que os objetivos das mineradoras têm de ser conquistar eficiência nos sistemas de gestão, nos ativos físicos e no pessoal. Para tal, elenca como prioridades no primeiro caso planejamento integrado, governança e gestão de risco e de desempenho e melhor uso de dados e análises para tomada de decisões.

No segundo front, explorar ao máximo o potencial das reservas, seleção e configuração de equipamentos, desenho de processos para contínua evolução e se utilizar de vantagem tecnológica são os focos.

Em termos de pessoal, o BCG sugere treinamento, boa escolha de papéis entre gestores, planejamento estratégico para a força de trabalho e criação de engajamento entre os trabalhadores.

Uma medida muito importante, segundo o estudo, é a renegociação com fornecedores. "Os fornecedores têm papel importante no processamento mineral, mas as oportunidades



para melhorar a produtividade, nesse sentido, nem sempre são enxergadas pelos executivos", diz a consultoria.

## **CSN busca um parceiro para seu terminal de contêineres no Rio**

28/08/2015 – Fonte: Valor Econômico

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está procurando um sócio para vender parte do Sepetiba Tecon, o terminal de contêineres que explora no porto de Itaguaí (RJ). Conforme o Valor apurou, mais de 20 empresas entre operadores de terminais de contêineres e fundos de investimento se interessaram e estão analisando o negócio.

A ideia é vender 50% da participação do ativo, avaliado entre R\$ 1,2 bilhão e R\$ 1,5 bilhão. A venda integra um esforço da CSN para reduzir o endividamento. Procurada, a CSN não quis se manifestar.

O intervalo de preço foi estimado em uma avaliação de uma empresa estrangeira contratada pela CSN para quantificar o ativo. Os valores levam em conta que o arrendamento será prorrogado pelo governo federal por mais 25 anos, o que ainda não está garantido, apesar de a Secretaria dos Portos concordar que a prorrogação antecipada de contratos é a forma mais rápida de viabilizar investimentos.

"A ideia é em princípio ter um sócio que agregue valor ao empreendimento, como grandes operadores locais ou internacionais", disse uma fonte que acompanha de perto o processo.

Potenciais compradores que analisam o negócio consideram o ativo interessante, mas o valor pedido por ele alto demais. Principalmente porque há risco de o arrendamento não ser prorrogado e pela necessidade de investimentos no terminal, como novos guindastes e ampliação do cais.

"Tem muito investimento a fazer e isso, num cenário de país estagnado, faz com que seja necessário descontar muito do ativo", diz um executivo, para quem qualquer valor igual ou superior a R\$ 1 bilhão é superestimado.

A Santos Brasil, por exemplo, que explora três terminais de contêineres - com movimentação de 1,46 milhão de Teus (contêiner padrão de 20 pés) em 2014 -, um terminal de veículos e uma divisão de logística fechou ontem com valor de mercado de R\$ 1,66 bilhão.

O Sepetiba Tecon tem 400 mil metros quadrados e 810 metros de cais. Movimentou 245 mil Teus no ano passado. Apesar de não estar entre os terminais com maior volume de cargas no país - mas é o maior do Estado do Rio de Janeiro - é considerado atraente por seu potencial concentrador. Como não tem restrição de calado, pode receber grandes embarcações, de onde a carga é redistribuída para demais portos em navios menores.

Além disso, ele está afastado da área urbana, diferentemente do porto do Rio, onde estão concorrentes diretos: os terminais da Libra e Multiterminais. O porto do Rio está dentro da cidade e seu calado é considerado um problema.

O terminal chegou a ser considerado o porto concentrador do Sudeste. Sobretudo quando Santos "colapsou" devido à falta de espaço, saturado que estava de cargas de operações diretas de importação e exportação. Mas, com as inaugurações da BTP e Embraport no cais santista em 2013, e a busca cada vez maior por redução de ineficiências operacionais, o Sepetiba Tecon perdeu certa potência.

Em 2014, o Tecon movimentou 32,6% menos carga do que em 2013 (para os 245 mil Teus). Libra e Multiterminais também tiveram queda, mas em patamares menores - recuo de 10,9%, para 197,4 mil Teus, e de 16,4%, para 241,1 mil Teus, respectivamente. "Sepetiba perdeu transbordo para Santos, não carga original. Sepetiba tem de brigar com o Rio que tem muito contêiner de importação e de exportação", diz um analista.

## Setor siderúrgico aposta na exportação para vencer crise

28/08/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Em meio à pior crise da sua história, a indústria siderúrgica nacional aposta nas exportações como saída para este momento complicado. Entretanto, a sobreoferta de aço no mercado mundial e o bombardeio de produtos siderúrgicos chineses mundo afora prometem tornar a concorrência ainda mais acirrada para o aço brasileiro.

"Estamos vivendo com certeza a pior crise que a siderurgia já passou em toda a sua história. Essa crise é pior do que a de 2008, quando tivemos seis de 14 altos-fornos abafados. □ pior porque, em 2008, vínhamos de um período de crescimento, o setor estava capitalizado e a saída foi mais rápida", afirma o presidente do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes.

Segundo ele, só de junho de 2014 a junho de 2015, a indústria do aço demitiu cerca de 11,1 mil trabalhadores, além de suspender 1,4 mil contratos em sistema de lay-off e postergar US\$ 2,1 bilhões em investimentos. E não para por aí. O IABr estima a perda de mais 4 mil postos de trabalho no setor até o fim deste ano. "□ uma crise de proporções muito fortes", pontua o presidente da entidade.

"Hoje, por conta de fatores conjunturais e estruturais, estamos vivendo uma crise sem precedentes em que precisamos de soluções emergenciais sob pena de termos conseqüências muito difíceis para o setor. Esses fatores conjunturais estão ligados ao crescimento pífio da economia em 2014, uma queda do PIB (Produto Interno Bruto) para esse ano e os setores de construção civil, automotivo e de máquinas e equipamentos vêm com reduções drásticas de atividade e só aí tem 80% do consumo do aço", avalia.

Ainda na linha do conjuntural, o representante da siderurgia nacional lembra que o setor vem sendo "bombardeado" pelas importações da China. Só para se ter uma ideia, em 2000, a participação chinesa nas importações nacionais de aço era de 1,3%, o que significava em torno de 2 mil toneladas anuais. Em 2014, conforme Lopes, a China abocanhou 52% de fatia, o que correspondeu a 2,1 milhões de toneladas de aço.

Contudo, a situação pode até se agravar. "O consumo chinês de aço sempre girou em torno de 700 milhões de toneladas (por ano) e vem caindo, mas sabemos que o governo chinês não vai efetivar aquilo que vem prometendo ao mundo, que são os cortes de capacidade instalada.

Então, quando o consumo cai e a capacidade se mantém, isso sinaliza que a China vai se tornar mais agressiva nas exportações. Já verificamos hoje que o país asiático exportou alguma coisa em torno de 90 milhões de toneladas em 2014 e já está em ritmo de 110 milhões de toneladas para este ano", explica Lopes.

Protecionismo - Em função do apetite chinês pela venda de produtos siderúrgicos no mercado mundial, Lopes defende a adoção de medidas protecionistas no ambiente doméstico.

"Nesse momento diria que, sem perspectiva de crescimento de mercado interno, a saída é o mercado internacional apesar de toda a dificuldade que ele tem pelos excedentes

monumentais de mais de 700 milhões de toneladas. Diria que também precisamos de um olhar muito atento para blindar o mercado interno", sugere.

Para o representante da indústria do aço do País, de forma geral, o empresariado fica "acanhado" na abordagem sobre defesa comercial porque isso se confunde com protecionismo. "Mas o mundo todo hoje está se defendendo e tentando preservar aquilo que é seu ativo principal, que é o seu mercado interno. Essas seriam as duas medidas que recomendamos: a exportação e uma defesa comercial eficiente", ressalta.

O presidente do IABr lembrou que os Estados Unidos abriram uma petição de antidumping e direito compensatório contra alguns países, inclusive o Brasil. "No laminado a frio, os Estados Unidos colocam um direito contra o Brasil da ordem de 60% e contra a China esse direito é de 265%. Isso significa dizer, em uma visão mais simplista, que deveríamos ter aqui no Brasil uma proteção em torno de 200% para poder compensar, segundo a avaliação norte-americana, a diferença que existe em termos de prática de dumping entre a China e os demais países", esclarece.

Custo Brasil é outro desafio para as usinas nacionais

Além dos seus próprios problemas, as siderúrgicas brasileiras ainda têm que lidar com o custo Brasil, que interfere negativamente não só para o setor, mas para a toda a indústria de transformação. O presidente do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, defende a unidade entre todo o parque produtivo nacional e a priorização, por parte do governo federal, da indústria como mola propulsora para a retomada do crescimento econômico.

"(O Brasil) tem a energia mais cara do mundo, o gás natural mais caro do mundo, carga tributária elevada, juros estratosféricos. Tem que considerar também o câmbio, porque ainda que tenha ocorrido uma apreciação do dólar em relação ao real, não podemos desconsiderar a relação com as moedas dos países concorrentes, onde ocorreram desvalorizações mais fortes ainda", avalia.

Para Lopes, esse conjunto de fatores estruturais recomenda a adoção de medidas emergenciais. "Temos pautas com toda a indústria de transformação, que também sofre com os mesmos problemas, mas que são pautas para médio e longo prazo. Nosso alerta nesse momento como indústria de transformação e de aço é que essa crise não passa por obra do espírito santo. Alguma coisa tem que ser feita de forma concreta para que se recupere a economia", ressalta.

Na avaliação do presidente do IABr, "o ajuste fiscal é fundamental, precisa ser feito e tem que ser meio e não fim, um ponto de partida para retomada do crescimento, mas não se faz retomada de crescimentos sem a indústria". " fundamental que se priorize a indústria e veja quais são as questões emergenciais que têm que ser resolvidas", defende.

"É fundamental que haja uma unidade por parte da indústria como um todo e que haja sensibilidade por parte do governo de enxergar a indústria como prioridade e como uma alavanca que vai possibilitar a retomada de crescimento quando as condições econômicas forem criadas", completa.

## **Desaceleração da China vai impactar embarques mineiros**

28/08/2015 – Fonte: Diário do Comércio

A desaceleração do crescimento da economia chinesa e a mudança de modelo de desenvolvimento do país asiático, agora voltado para o consumo interno e para as exportações, deve provocar impacto negativo em Minas Gerais. O principal impacto para o

Estado deve ser nas exportações, uma vez que a China é o parceiro comercial mais importante para Minas e já diminuiu o ritmo das importações de produtos como o minério de ferro. Além disso, as empresas mineiras terão ainda mais dificuldade para concorrer com produtos chineses em mercados ao redor do mundo.

"Estamos vendo claramente que há uma perda de dinamismo na economia chinesa. Não é uma crise, mas a taxa de crescimento lá vai diminuir e isso vai afetar países como o Brasil e ainda mais Minas Gerais, que tem uma pauta de exportações concentrada em produtos vendidos para a China", afirmou o gerente de economia da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Guilherme Leão.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), a China já vem diminuindo o ritmo das compras em Minas Gerais. No acumulado deste ano até julho, os chineses se mantiveram como o principal parceiro para o Estado em termos de exportações com uma participação de 23,4%. Porém, na mesma época do ano passado, a fatia do país asiático nos embarques mineiros era de 31,4%.

"O comportamento das exportações para a China seguirá o mesmo padrão de desaceleração da economia chinesa e mais para Minas do que para o Brasil porque o Estado tem a pauta ainda mais concentrada nas vendas para o mercado chinês do que a média nacional", pontuou o economista da Fiemg.

Extrativa - Segundo Leão, quem mais deve sentir a desaceleração do ritmo de crescimento chinês é a indústria extrativa do Estado, que já vem sofrendo com a queda dos preços das commodities minerais, especialmente o minério de ferro. "Isso vai afetar o setor mineral tanto em termos de demanda quanto em relação aos preços", disse.

Com base em dados do Mdic, hoje, a China compra basicamente 60% do minério de ferro exportado pelo Estado. Porém, enquanto que de janeiro a julho de 2014 os embarques estaduais da commodity mineral para o país asiático somaram US\$ 3,558 bilhões, no mesmo período deste ano o valor chegou a US\$ 4,575 bilhões com a mesma quantidade, 55% a menos devido à queda nos preços.

"Essa desaceleração do crescimento da economia chinesa indica que o cenário de retração dos preços das commodities deve permanecer e, por causa disso, a perspectiva é de que as exportações mineiras devam cair em termos de valor daqui para frente", avaliou o economista da Fiemg.

E isso já vem ocorrendo. As exportações de Minas Gerais renderam US\$ 13,047 bilhões no acumulado deste ano até julho, 26% menos em comparação com a receita com os embarques no mesmo período do exercício passado (US\$ 17,642 bilhões). A redução está sendo causada pela retração dos preços das principais commodities exportadas pelo Estado, especialmente do minério ferro.

No caso do insumo siderúrgico, principal item da pauta de embarques de Minas Gerais, com participação de 27,2%, nem exportando maior quantidade foi possível igualar o faturamento. No acumulado até julho, Minas embarcou 4,3 milhões de toneladas a mais de minério de ferro em relação aos mesmos meses de 2014, mas mesmo assim a receita gerada com os embarques do insumo siderúrgico caiu praticamente pela metade (52,5%) em 2015. A China comprou 58,8% do produto.

Outro aspecto que deve ter forte impacto para o Estado é que a desvalorização da moeda chinesa frente ao dólar como estratégia para favorecer as exportações deve dificultar ainda mais a concorrência para produtos de Minas em mercados concorrentes. "Isso vai gerar uma vantagem competitiva para China e é mais um fator que vai representar problemas para o comércio exterior brasileiro e mais ainda para o mineiro", analisou.

## **Credores da MMX, de Eike Batista, decidem recuperação judicial**

28/08/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Um dos poucos projetos que restaram a Eike Batista, a mineradora MMX terá seu futuro definido nesta sexta-feira (27), quando credores da subsidiária MMX Sudeste decidirão se aceitam a proposta da empresa para pagamento da dívida ou a levam à falência.

A companhia, que entrou com pedido de recuperação judicial em outubro do ano passado, era o principal braço da mineradora criada por Eike para se tornar uma "mini-Vale".

Seja qual for o caminho escolhido pelos credores, contudo, o projeto vendido por Eike – e comprado por centenas de investidores na Bolsa – caminha para a extinção.

O plano de recuperação judicial da MMX Sudeste prevê a liquidação dos ativos para saldar as dívidas com os credores.

Se for aprovado, as minas passarão a ser controladas pela holandesa Trafigura, que já fez uma oferta. O restante – terminais de carga e terrenos – serão vendidos com o objetivo de levantar recursos e pagar ao menos uma parte do que a mineradora deve aos credores.

Os demais empreendimentos da MMX que não entraram no processo judicial também estão à venda. Trata-se da subsidiária MMX Corumbá, dona de uma unidade de beneficiamento de minério e direitos de lavra no Mato Grosso do Sul, e a fatia de 35% que a companhia mantém no Porto Sudeste, localizado em Itaguaí (RJ).

A unidade de Corumbá, na prática, já não faz parte da operação do grupo desde o ano passado, quando foi arrendada à Vetorial Siderurgia.

Pelo acordo firmado, a Vetorial tem opção de compra do empreendimento e, enquanto não decide se fica com ele, tem de pagar R\$ 500 mil por ano para usá-lo. Da liquidação da MMX, só ficou de fora a mina de Bom Sucesso, comprada por Eike em 2008 por US\$ 200 milhões. A avaliação é que não há valor no projeto, que está atualmente parado.

### **PREJUÍZOS**

Os planos de transformar a MMX numa das maiores mineradoras do mundo, como anunciado por Eike, já pareciam distantes quando o grupo do empresário entrou numa aguda crise financeira e de confiança a partir de 2013.

Com a derrocada em série de seus negócios, Eike precisou colocar à venda ativos e ficou sem dinheiro para tocar o empreendimento. Ele ainda tem 57% da MMX.

A chinesa Wisco tem 10% e sul-coreana SK Networks, 8,8%. Elas entraram na mineradora em 2009 e 2010 respectivamente. As duas companhias estrangeiras desembolsaram juntas mais de US\$ 1 bilhão para ficarem com um naco da empresa.

A MMX chegou a valer R\$ 18,3 bilhões em junho de 2008. Hoje, com as ações cotadas a R\$ 0,29, tem valor de mercado de apenas R\$ 47 milhões.

Procurada, a MMX respondeu por meio de nota que o foco do comando da companhia neste momento é tirá-la "do CTI" e sobreviver ao processo de reestruturação. Segundo a mineradora, quando isso ocorrer, poderá "definir o seu destino".

## **Código deve ser votado em setembro**

28/08/2015 – Fonte: DCI

A votação do relatório do novo Código da Mineração, em Comissão Especial na Câmara dos Deputados, ficou para o dia 23 de setembro. Antes da decisão final serão realizadas várias audiências públicas.

O deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), relator dos Projetos de Lei 5.807/13 e 37/11 (Código de Mineração), apresentou relatório preliminar, na quarta-feira, com algumas alterações em relação ao texto anterior. Um parecer de Quintão chegou a ser apresentado em abril do ano passado, mas não houve consenso para aprová-lo.

Agora, a principal mudança se refere à tabela de alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), o chamado royalty da mineração. O novo Código da Mineração prevê um sistema de variação da alíquota, de acordo com a cotação internacional do minério de ferro.

Na prática, em períodos como atual, em que a cotação da commodity atravessa forte queda de preços, o pagamento da CFEM pelas mineradoras não seria de 4% do faturamento bruto, como defendido pelos municípios mineradores. Hoje, a alíquota é de 2% do faturamento líquido.

O relatório estabelece, conforme solicitação das mineradoras, que para uma cotação abaixo de US\$ 60 as empresas deverão pagar 1% e só quando atingir US\$ 100 a alíquota chegará a 4%.

Leonardo Quintão avaliou, porém, que a criação da Agência Nacional de Mineração, uma espécie de "Embrapa" para o setor, é o ponto principal do novo código. Pelo texto, caberá à agência reguladora substituir, inclusive com a estrutura administrativa adequada, as atuais atribuições do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

O relator ressaltou que, entre outros pontos, o novo código vai tirar os pequenos mineradores da ilegalidade, garantir aporte financeiro para os municípios impactados pela mineração e dinamizar o setor, que hoje tem cerca de 70 mil projetos paralisados por insegurança jurídica ou inoperância do DNPM. "São várias as inovações que colocamos no relatório para ajudar [na aprovação]. O que não pode é não votar o relatório", disse ele, segundo Agência Câmara.

Já o deputado Padre João (PT-MG) pediu cautela na tramitação e mais debate sobre o tema. Ele citou algumas preocupações que considera que perduram: "as questões ambientais; o comprometimento no abastecimento de água; o conflito com outras atividades importantes, como a da agricultura familiar; os interesses dos povos tradicionais.

Não podemos achar que [a mineração] vai aumentar o PIB e é a salvação para a crise. Temos que ter responsabilidade com esta geração e, sobretudo, com as gerações futuras".

### **Reclamação**

Durante reunião da comissão, manifestantes da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale e do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração protestaram contra o novo Código da Mineração e acusaram alguns parlamentares de estarem a serviço de mineradoras que teriam doado recursos para campanhas eleitorais, divulgou a Agência Câmara Notícias.

## **Vendas de carros novos não param de cair em agosto**

28/08/2015 – Fonte: Canal Dana-Indústria automotiva

A crise na indústria automobilística não deu trégua neste mês, quando a queda no consumo de veículos no país se aprofundou um pouco mais. Números preliminares, coletados até quarta-feira, mostram que as vendas estão caindo 23,8% na comparação com agosto do ano passado.

O recuo no acumulado do ano, que estava em 21% até julho, chega agora a 21,3%, o que significa uma diferença para 2014 superior a 465 mil veículos, ou a perda de praticamente sete semanas inteiras de venda. A conta inclui a comercialização de carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus.

Se considerado apenas o mercado de automóveis e comerciais leves, como picapes, os licenciamentos diários seguem pelo terceiro mês consecutivo estacionados abaixo da marca de 10 mil unidades. Na média, as concessionárias estão vendendo 9,3 mil carros a cada dia que abrem as portas, mantendo, assim, o ritmo do mês passado, o pior do ano até agora. Agosto, porém, caminha para fechar com resultados inferiores a julho por ser um mês mais curto para as vendas, com dois dias úteis a menos.

Se no mercado de leves os volumes não param de cair, o desempenho dos veículos comerciais pesados é ainda pior: em agosto, as vendas de caminhões estão 45% menores do que um ano atrás. Na falta de reação do mercado, e sem a perspectiva de que essa recuperação venha até o fim do ano, a indústria está programando para o mês que vem uma nova rodada de paradas nas linhas de produção.

Ontem, foi a vez de a Ford anunciar que vai dar, a partir de 14 de setembro, mais três semanas de férias coletivas aos operários da fábrica de Camaçari (BA), onde a produção de carros já tinha sido interrompida por três dias neste mês e em outros dez entre o fim de maio e início de junho. A montadora também já tem um parada confirmada na próxima sexta-feira no parque industrial de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, que produz o modelo Fiesta e caminhões.

O sindicato dos metalúrgicos do ABC informa que a Ford, usando o banco de horas, planeja ainda paralisar a produção do Fiesta na penúltima semana de setembro e a de caminhões a partir do dia 18, com retorno apenas em 5 de outubro. Essas paradas, contudo, ainda não são confirmadas pela empresa.

Hoje, a General Motors (GM) dá folga e interrompe a produção em São Caetano do Sul, também no ABC, onde são montados os modelos Montana, Cruze, Cobalt e Spin. Paradas de três semanas também estão programadas para o mês que vem na fábrica da GM em Gravataí, no Rio Grande do Sul, e na Mitsubishi, instalada no sul de Goiás.

Em Sete Lagoas (MG), a Iveco vai suspender, a partir de 16 de setembro, a fabricação dos caminhões pesados, afastando desse setor aproximadamente 300 metalúrgicos por um prazo que pode chegar a cinco meses. A Volkswagen tem férias previstas em São José dos Pinhais, no Paraná, para adiar por 20 dias o retorno de 570 empregados que estão desde março ou abril com contratos de trabalho suspensos ("layoff").

Já a Marcopolo, que produz carrocerias de ônibus em Caxias do Sul (RS), conseguiu a aprovação de seus funcionários para renovar por mais três meses – de setembro a novembro – o esquema de jornada de trabalho reduzida, no qual a empresa deixa de pagar metade das horas paradas. Pelo acordo, a Marcopolo poderá parar a produção por até seis dias a cada mês. Desde março, a empresa vem trabalhando com jornada reduzida, mas sem corte nos salários nos primeiros três meses.

Na segunda-feira, a Fiat deu férias de 20 dias a 3 mil funcionários de áreas de produção em Betim (MG). Na Chery, que começou a produzir em fevereiro na cidade de Jacareí, no interior paulista, os operários já estão há duas semanas em férias, com retorno apenas no dia 8 de setembro.

A produção da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo também continua parada, mas devido a uma greve contra demissões deflagrada na segunda-feira. Hoje, a companhia e o sindicato da região têm mais uma reunião, às 14h, para negociar alternativas ao corte de 1,5 mil operários, previsto para terça-feira.

Após seis horas de discussões, a reunião de ontem terminou sem avanços. O impasse entre as partes persiste. Em troca da manutenção dos empregos, a Mercedes cobra a redução dos salários em 10% por até um ano → com a adesão ao programa de proteção ao emprego →, assim como outras medidas de contenção de custos, que incluem cortar pela metade o reajuste salarial programado para o ano que vem e o congelamento das promoções salariais.

Como essas condições já tinham sido recusadas pelos trabalhadores no início de julho, o sindicato se recusa a recolocar a proposta em votação.

## **Brasil fecha acordo para exportar mais veículos ao Uruguai**

28/08/2015 – Fonte: Canal Dana-Indústria automotiva

Em busca da abertura de mercados para dar vazão à capacidade ociosa das montadoras, o Brasil poderá acelerar suas exportações de veículos ao Uruguai, conforme um novo acordo automotivo recém- fechado entre os dois países. Os detalhes do acordo foram antecipados ao Valor pelo ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, e permitem à indústria brasileira mais do que dobrar seus embarques ao mercado vizinho até o fim deste ano.

O comércio de automóveis entre os dois parceiros do Mercosul é regido por um complexo sistema de cotas. Para cada dólar que o Brasil compra do Uruguai, em veículos e autopeças, tem o direito de vender uma certa quantidade de produtos no setor sem a incidência de imposto de importação.

Na prática, isso resultava em permissão para exportar 8.504 unidades (automóveis e comerciais leves) e US\$ 99,6 milhões em autopeças, no período compreendido entre 1º de julho de 2015 e 31 de junho de 2016. Pelo novo acordo, que é provisório, as montadoras brasileiras poderão vender mais e em um prazo menor.

Até 31 de dezembro, conforme os termos que foram negociados, haverá isenção de alíquotas para as exportações de 10.056 veículos e para o mesmo valor de autopeças. Ou seja, as montadoras ficam livres para exportar mais ao Uruguai nos próximos meses, sem a preocupação de distribuir essa cota até meados de 2016.

"Estamos no meio de uma ofensiva", disse o ministro, mostrando-se otimista com a perspectiva de fechar um acordo com a Colômbia na próxima quinta-feira e de avançar na liberalização do comércio automotivo com o Peru.

Para ele, as exportações são uma saída para diminuir a ociosidade da indústria, que deverá produzir em torno de 2,5 milhões de veículos em 2015. A capacidade instalada está perto de quatro milhões de unidades. "Temos que buscar canais externos e, no plano regional, há boas oportunidades para explorar", completou. Monteiro garantiu que essa ofensiva tem sido feita em articulação com a iniciativa privada e disse ter recebido



"indicações" das montadoras sobre os efeitos positivos da desvalorização cambial. "A alta do dólar está dando uma condição para a indústria aumentar suas exportações."

O acordo com o Uruguai tem vigência imediata, mas é provisório. As regras definitivas vão ser discutidas entre o governo brasileiro e o país vizinho nos próximos três meses. Uma agenda detalhada de negociações já foi definida. Duas videoconferências estão programadas entre as equipes técnicas e haverá uma reunião presencial em outubro. A tentativa de dar contorno final a um acordo permanente foi marcada para o dia 11 de novembro.

De certa forma, a maior abertura do mercado uruguaio representa o início da colheita da ofensiva feita pelo Brasil em negociações automotivas nos últimos meses. O governo já havia prorrogado, no primeiro semestre, os acordos em vigência com a Argentina e com o México.

A ministra de Indústria da Colômbia, Cecilia Álvarez Correa, é esperada em Brasília na quinta-feira para fechar um acordo com o país. A indústria brasileira deverá receber uma cota de 12 mil e 13 mil para exportar com tarifa zero.

Hoje é preciso pagar 16% de alíquota. Isso já significa um desconto sobre a tarifa cheia, que é de 35%, mas o Brasil argumenta que tratados recentes de livre comércio assinados pela Colômbia → como o firmado com a União Europeia → minaram a preferência dada aos produtos "made in Brazil".

Um ponto sensível nas negociações, no entanto, é que a General Motors e a Renault possuem fábricas instaladas no país. Em outra frente de discussões, o governo brasileiro busca antecipar a liberalização do comércio com o Peru, incluindo a indústria automotiva.

Nesse caso, a tentativa é acelerar o cronograma de redução das tarifas, já que elas chegam a zero somente em 2019 → o objetivo é que isso ocorra a partir de 2016. Os peruanos cobram 6% de alíquota para quem não tem preferências comerciais e 2,8% para o Brasil. As negociações envolvem outros setores, mas um dos prioritários é o automotivo.

Em fase ainda bastante preliminar, o governo tem sondado as montadoras sobre a ideia de ampliar o acordo entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (Sacu), que já contempla 1.064 produtos. Todos os países dos dois blocos, à exceção do Brasil, já ratificaram esse tratado.

Por aqui, ele não entrou em vigência porque houve 205 erros de tradução. O Congresso Nacional aprovou um texto que não correspondia à versão original em inglês. Estuda-se a possibilidade de expandi-lo para setores que não são cobertos pelo entendimento firmado em 2008.